



## COMUNIDADE TRADICIONAL PAULO LEAL: GERAÇÕES QUE RESISTEM À SECULAR EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA

*TRADITIONAL PAULO LEAL COMMUNITY: GENERATIONS RESISTING THE CENTURIES-OLD EXPLOITATION OF THE AMAZON*

*COMUNIDAD TRADICIONAL PAULO LEAL: GENERACIONES QUE RESISTEN A LA SECULAR EXPLOTACIÓN DE LA AMAZONÍA*

**Solange Struwka<sup>1</sup>**

**Geraldo Lima<sup>2</sup>**

**Leandro Aparecido Fonseca Missiatto<sup>3</sup>**

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a história e a resistência da Comunidade Tradicional Paulo Leal, frente à exploração e às violações de direitos na Amazônia. A partir de entrevistas e atividades coletivas feitas com os moradores, percorremos na história da Comunidade Paulo Leal que se confunde com a própria história da Amazônia brasileira e seus intrincados processos de exploração como: a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, os ciclos da borracha e a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e o avanço da fronteira agrícola. Os resultados evidenciam a luta contínua dos moradores contra a degradação ambiental, a desterritorialização, e a expropriação de suas terras, além das perdas econômicas e históricas provocadas por grandes projetos de infraestrutura e colonização efetivados pela elite externa à região, apoiada pelo Estado. As conclusões destacam a necessidade urgente de reparação histórica e reconhecimento formal da comunidade como um espaço de resistência cultural, bem como a importância de políticas públicas que garantam seus direitos territoriais e promovam a preservação de sua memória e identidade social.

**Palavras-chave:** comunidade tradicional; memória; resistência; exploração da Amazônia; direitos territoriais.

1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: solange.struwka@unir.br

2 Liderança da Comunidade Tradicional Paulo Leal

3 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: leandro.missiatto@unir.br



## ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the history and resistance of the Traditional Community Paulo Leal, in the face of exploitation and human rights violations in the Amazon. Through interviews and collective activities with the residents, we trace the history of the Paulo Leal Community, which is intertwined with the very history of the Brazilian Amazon and its complex processes of exploitation, such as the construction of the Madeira-Mamoré Railway, the rubber cycles, the implementation of the Santo Antônio Hydroelectric Plant, and the expansion of the agricultural frontier. The results highlight the continuous struggle of the residents against environmental degradation, dispossession, and the expropriation of their lands, as well as the economic and historical losses caused by large infrastructure and colonization projects carried out by external elites, supported by the State. The conclusions emphasize the urgent need for historical reparation and formal recognition of the community as a space of cultural resistance, as well as the importance of public policies that guarantee their territorial rights and promote the preservation of their memory and social identity.

**Keywords:** traditional community; memory; resistance; exploration of the Amazon; territorial rights.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la historia y la resistencia de la Comunidad Tradicional Paulo Leal, frente a la explotación y a las violaciones de derechos en la Amazonía. A partir de entrevistas y actividades colectivas realizadas con los habitantes, recorremos la historia de la Comunidad Paulo Leal, que se confunde con la propia historia de la Amazonía brasileña y sus intrincados procesos de explotación, como la construcción del Ferrocarril Madeira-Mamoré, los ciclos del caucho y la implantación de la Central Hidroeléctrica Santo Antônio, así como el avance de la frontera agrícola. Los resultados evidencian la lucha continua de los habitantes contra la degradación ambiental, la desterritorialización y la expropiación de sus tierras, además de las pérdidas económicas e históricas provocadas por grandes proyectos de infraestructura y colonización realizados por la élite externa a la región, apoyada por el Estado. Las conclusiones destacan la necesidad urgente de reparación histórica y reconocimiento formal de la comunidad como un espacio de resistencia cultural, así como la importancia de políticas públicas que garanticen sus derechos territoriales y promuevan la preservación de su memoria e identidad social.

**Palabras clave:** comunidad tradicional; memoria; resistencia; explotación de la Amazonía; derechos territoriales.



## INTRODUÇÃO

A Comunidade Tradicional Paulo Leal, situada a 23 quilômetros da capital de Rondônia, Porto Velho, emerge como um exemplo significativo da ocupação e da resistência cultural na Amazônia. A história dessa comunidade está intimamente ligada à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, uma das mais importantes infraestruturas do início do século XX, simbolizando tanto a exploração econômica da região quanto a luta dos trabalhadores que a construíram. Ao longo do tempo, a comunidade enfrentou diversas transformações socioeconômicas, refletindo as complexas dinâmicas de interação entre o homem e a natureza, e as tensões decorrentes das políticas colonizatórias e do desenvolvimento econômico.

Este artigo resulta das atividades realizadas pelo projeto de extensão “Registrar a Memória de quem faz a história: práxis da Psicologia Social junto a Comunidades, Povos e Coletivos da Amazônia”, desenvolvido pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (DEPSI/UNIR). O que apresentamos, são registros valiosos da história de Rondônia não apenas porque preserva as memórias coletivas da Comunidade Paulo Leal, mas especialmente por tornar evidente a resistência de uma comunidade tradicional frente às políticas colonizadoras que ainda vigoram no estado.

Assim, a análise da realidade dessa comunidade fornece ideias valiosas sobre as estratégias de resistência cultural e a importância da educação e do reconhecimento dos direitos territoriais. Além disso, o artigo procura destacar como grandes empreendimentos, como a construção de hidrelétricas e a expansão da fronteira agrícola, impactam negativamente o modo de vida dos moradores. Ao trazer à tona a realidade de Paulo Leal, buscamos contribuir para um debate mais amplo sobre justiça social, direitos humanos e a preservação das culturas tradicionais em um contexto de crescimento econômico e predação ambiental. Portanto, este artigo se propõe a aprofundar o entendimento sobre a memória coletiva da comunidade e a luta por sua preservação diante das ameaças contemporâneas.





## METODOLOGIA

A metodologia usada para fazer este artigo foi focada em entender a experiência dos moradores da Comunidade Tradicional Paulo Leal. As técnicas utilizadas incluem:

**1. Entrevistas:** foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, neste artigo analisamos os relatos de dona Maria e seu Geraldo, filhos dos primeiros moradores da comunidade e guardiões da memória oral do território. Seu Geraldo, além de ser guardião da memória e história da comunidade protagoniza as lutas por reconhecimento e contra a diferentes formas de “asfixia” impostas aos moradores do território. Em razão deste trabalho de guardião da memória oral, Geraldo consta como autor deste artigo em que a transcrevemos para a linguagem escrita. As entrevistas foram semiestruturadas, além de registros produzidos a partir de conversas informais no decorrer das atividades de campo, o que ajudou as(os) participantes a se sentirem à vontade para falar sobre suas vidas e como as mudanças na região os afetaram.

**2. Observação:** participamos nos finais de semana do cotidiano da comunidade. Isso possibilitou observar de perto como as pessoas se relacionam e como suas tradições culturais são vividas no dia a dia.

**3. Análise de documentos:** foram analisados documentos importantes, como laudos e registros históricos, provenientes de instituições como o Ministério Público do Trabalho. Essa análise ajudou a entender melhor a história da comunidade e os efeitos das decisões governamentais na vida local.

Essas diferentes abordagens usadas juntas permitiram uma compreensão mais completa da Comunidade Paulo Leal e das mudanças que as(os) moradoras(es) enfrentam em seu cotidiano.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vinte e três quilômetros da capital do estado de Rondônia, na estrada sentido à Vila Nova Teotônio, está localizada a comunidade tradicional Paulo Leal. Ao chegar ao povoado, já à primeira vista, o território anuncia que ali resiste parte significativa da história da região. Do lado esquerdo da estrada, a capela dá indícios da longa data de ocupação (Foto 1). Do outro lado, encontra-se um cemitério. Em conversa com os moradores, compreendemos que ele é um anexo do antigo, aquele que acolheu os corpos cansados dos trabalhadores ferroviários, em sua maioria negros, e de seus familiares (Foto 2). A estrada em que pisávamos fora desviada, cortando-o ao meio. A parte restante deste espaço sagrado foi violada pelo fazendeiro pecuarista das terras ao lado. Há dois anos, sem escrúpulos ou qualquer respeito, o sujeito passou a grade por cima do local, violando a história da região e a memória dos entes queridos do povoado. Essa é mais uma das expressões de como esta comunidade vem sendo tratada nas últimas décadas.



Figura 1 – Capela Santa Terezinha, Comunidade Tradicional Paulo Leal, 2024.

Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 2 – Cemitério da Comunidade Tradicional Paulo Leal, 2024.

Fonte: Fabiany Nery Araújo.

Alguns passos adiante, deparamo-nos com um complexo centenário que envolve os trilhos dos trens, locomotivas, seis casas enfileiradas, construídas em um mesmo padrão arquitetônico (Foto 3), uma imponente caixa d'água (Foto 4) usada como um dos elementos na geração de propulsão dos motores a vapor das marias-fumaças e vestígios das linhas telegráficas da Comissão de Rondon. Entremeados a isso, a “mais avançada” produção tecnológica da lógica capitalista atuou a força da Natureza. A floresta, que fora rasgada para dar passagem aos trilhos, hoje se entrelaça entre a maquinaria. A frondosa mangueira nascida entre os vagões indica as décadas sem atividade da ferrovia (Foto 5). Este poderia ser um genuíno exemplo da distopia amazônica do início do século passado. Trilhos e vagões, linhas telegráficas e outras ferragens se entrelaçam com a floresta e camuflam os vestígios dessa longa história. Na memória dos antigos moradores da vila, ainda ecoa o som do apito que anunciava a parada do trem, carregado de passageiros e mercadorias, o vai e vem dos trabalhadores que garantiam o abas-



tecimento de lenha e água e o intenso movimento de trocas na comunidade.

O cenário é um relevante registro histórico - “a céu aberto” - de Porto Velho e dos diferentes momentos da ocupação da região Amazônica. Ali se impôs a implementação das mais importantes tecnologias urbanas do início do século passado – a rede ferroviária a vapor que ligava Brasil e Bolívia, finalizada em 1907, e as linhas telegráficas que buscavam conectar o Rio de Janeiro ao Amazonas (1906-1909) (Silva; Alcântara, 2021). Também nos indica o descaso dos órgãos públicos com a memória do povo trabalhador do estado; incontáveis foram aqueles que deram suas vidas para garantir que os 615 mil dormentes montassem os 366 quilômetros da rede ferroviária (Souza, 2023). São memórias dos outros tantos que trabalharam, ano após ano, para que toda essa infraestrutura funcionasse (Craig, 1947). Ademais, evidencia que são os esforços da comunidade que ainda mantém o local conservado e a história viva. Essa adverte aos apressados ou ignorantes sobre a importância do território: “Bem-vindos à Comunidade Paulo Leal – desde 1958 – aqui tem história”, lemos na inscrição da placa (Foto 6).

Apesar da inscrição remeter a 1958, o início da comunidade data de cinquenta anos antes, em 1907 a 1912, com o início das atividades da Ferrovia Madeira-Mamoré. O período foi marcado pelo fim da guerra entre Brasil e Bolívia e a assinatura do Tratado de Petrópolis, que acordou a construção desta linha de conexão da Bolívia ao oceano Atlântico em troca da anexação do Acre pelo governo brasileiro (Marta, 2018). A economia da região era então movimentada pelo primeiro ciclo da borracha e pelo trabalho de servidão nos seringais. Este período foi de intenso fluxo de migrantes de dentro e fora do país (Trubiliano, 2017).



Figura 3 – asas de um mesmo padrão arquitetônica, construídas em 1907 para as famílias dos trabalhadores da ferrovia, 2024.  
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 4 – Caixa d'água construída em 1907 para abastecer as locomotivas, 2024  
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 5 – Trilhos do trem e mangueira, 2024.  
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 5 – Placa localizada no início da comunidade, 2024.  
Fonte: Fabiany Nery Araújo.

Dona Maria e seu Geraldo, moradores da comunidade e descendentes de trabalhadores da seringa e da estrada de ferro, explicam que a cada 25 quilômetros a Maria-Fumaça precisava parar para ser resfriada com água. Ali, encontrava-se a primeira parada após a saída de Porto Velho, com destino a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia. Àquela época, a estação era chamada de Teotônio, devido à cachoeira que ficava a 9 km dali. Este período da história ainda é lembrado à medida que algumas pessoas identificam esta comunidade como “Km 25”, fazendo referência à quilometragem dos trilhos. De acordo com os autos do laudo pericial 166/2023, realizado pelo Ministério Público Federal sobre a comunidade, a presença das famílias na localidade remete a pelo menos cem anos e oito gerações.

Os moradores narram que a mudança de nome da comunidade ocorreu na década de cinquenta, período do segundo ciclo da borracha e da retomada das atividades da Estação Ferroviária Madeira-Mamoré. Este período foi caracterizado pela implantação de políticas governamentais voltadas às colônias agrícolas e ao fim do segundo ciclo da borracha (Santos, 2014). Seu Geraldo explica com entusiasmo que as colônias agrícolas foram pensadas para viabilizar a produção de alimentos por aqueles que já formavam as comunidades ao longo da ferrovia.

Nesta localidade, foi criado o lote 5 na gleba C, onde os moradores da comunidade vivem, e os lotes 4 e 7 na gleba D, que também integram parte do complexo centenário. Contudo, o projeto não foi efetivado como prometido, impossibilitando a posse e a titulação dos lotes para os referidos moradores. Seu Geraldo acrescenta, com pesar, que nas décadas seguintes os lotes 4 e 7 – que eram da União – foram doados a terceiros, sem nenhuma vin-



culação com o território. Esses desdobramentos fazem parte do Projeto de Colonização Alto Madeira, uma das políticas dos anos de chumbo impostas pela ditadura empresarial-militar (Cunha; Moser, 2010). Vale destacar que esse período também foi marcado por intensos movimentos migratórios, com um grande contingente de pessoas vindas do Nordeste e do Sul do Brasil, induzidas pelo chamado do governo. O lema da época era: “terras sem homens para homens sem terra” (Lacerda, 2013). A trágica ironia é que aqueles que ali viviam não foram reconhecidos como dignos da posse do território que manejavam.

Seu Geraldo e Dona Maria afirmam que são da quarta geração de pessoas libertas após a escravidão. Na Amazônia, seus antepassados estiveram sob a imposição da servidão do trabalho nas grandes plantações de seringa. A família mudou-se para a comunidade quando ainda eram crianças, ele com apenas um ano. Acompanharam as várias transformações no território e hoje lutam para que o trabalho, a história e a memória de seus antepassados não sejam apagadas. Reivindicam que as famílias que ali residem não continuem sendo expropriadas e que ocorra o reconhecimento da preservação daqueles bens tão importantes para a região. A necessidade desse reconhecimento foi comprovada pelo já citado laudo, realizado pelo Ministério Público Federal. Ao considerar a riqueza histórica e geográfica do território, o estudo antropológico ratifica a necessidade do reconhecimento da comunidade como Comunidade Tradicional.

Durante o acompanhamento do cotidiano da comunidade, foi possível identificar alguns conflitos e enfrentamentos que os moradores vêm travando nas últimas décadas. Um dos mais marcantes da década passada foi, sem dúvida, a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Depois da finalização das atividades na estrada de ferro, as famílias da Comunidade Paulo Leal passaram a ter como principal atividade a produção de alimentos em pequenas áreas próximas às residências, a pesca artesanal na cachoeira Teotônio e a comercialização de alimentos para visitantes da cachoeira (Junior et al., 2023). Essas duas últimas atividades econômicas foram totalmente destruídas com o alagamento da cachoeira e a inundação das áreas próximas, decretando o fim deste importante ponto turístico (Belforte; Cavalcante, 2021). Essas mudanças geradas pelo empreendimento fizeram com que o rio não tivesse mais peixes e a comunidade deixasse de receber visitantes.

Além disso, devido à formação do lago, ocorreu a desterritorialização dos moradores da Vila Teotônio, que passaram a ficar mais distantes, dificultando o acesso a pé ou de bicicleta, como era feito antes. O intenso fluxo de pessoas e transporte público também cessou. Após a construção da barragem e a implementação da Nova Vila de Teotônio, realizada pelo empreendimento, a histórica Escola Visconde de Mauá da Comunidade Paulo Leal foi fechada. Em desacordo com os interesses das famílias, as crianças têm ido à escola Augusto Vasconcelos, localizada na Nova Vila de Teotônio.

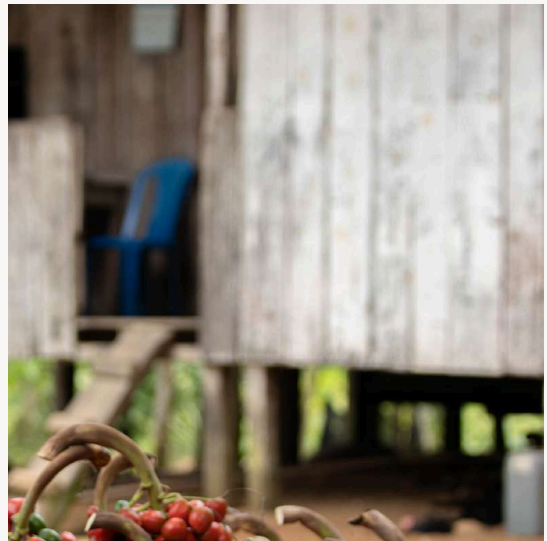
Outra importante mudança foi a intensa proliferação de mosquitos e mutucas no território. Os relatos apontam a necessidade de “se fechar em casa” para não ser picado pelos insetos, o que resulta em alergias, interfere no desenvolvimento dos trabalhos e na sociabilidade dos moradores. Apesar dos impactos, e embora estejam localizados a 3 quilômetros do primeiro ponto de alagado produzido pela construção da barragem, os moradores da Comunidade Paulo Leal não foram reconhecidos pela empresa como atingidos, o que impediu o recebimento de qualquer tipo de reparação pelas perdas sofridas.



Além disso, os moradores têm sido “asfixiados” pelos fazendeiros que plantam soja nas áreas ao redor da comunidade. As estratégias utilizadas pelos fazendeiros são diversas: invasão das áreas coletivas da comunidade, destruição de espaços sagrados, como o cemitério, represamento da água que circulava pelo igarapé e despejo de agrotóxicos na comunidade. Os relatos apresentam um cenário de recorrentes violações de direitos, que resultam na descaracterização de lugares históricos, perda de trabalho e renda, adoecimento e saída forçada dos moradores da comunidade, adoecimento e morte de animais e plantas, entre outros. O que observamos, mais uma vez, é a imposição dos projetos colonizadores da região, agora expressos nos grandes empreendimentos hidrelétricos e no agronegócio - que utiliza alta tecnologia para a produção de soja. Novamente, usam a ideologia do “desenvolvimento” e do “progresso” para expulsar as famílias dos territórios que dão lugar a desertos de soja, produzida para alimentar os lucros de quem nem aqui vive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a Comunidade Tradicional Paulo Leal é um exemplo de resistência frente à exploração, opressão e à marginalização dos povos e comunidades da Amazônia. A história, rica e complexa, reflete as lutas de gerações que se opõem aos projetos de colonização, efetivadas pelo capitalismo, e ao apagamento de suas memórias e direitos. O reconhecimento da comunidade como um espaço de valor histórico e cultural é essencial para a preservação de sua identidade social e para a luta por reparação histórica, justiça social e territorial. A proteção dos direitos dos moradores deve ser uma prioridade a fim de garantir a continuidade de sua cultura e a manutenção de seu território, que simboliza a memória e a luta dos que vieram antes deles. A história da Comunidade Paulo Leal é um convite à reflexão sobre as implicações dos projetos de “desenvolvimento” e “progresso”, assim como às consequências dessas ações para os povos, comunidades e bioma da Amazônia.



Solange Struwka. Doutora e mestre pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integra o Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

Geraldo Lima. Filho dos primeiros moradores da comunidade, guardião da memória oral do território e protagonista das lutas por reparação e reconhecimento da comunidade.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto. Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com conclusão em 2017, e graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed) em 2012. Analista Processual na Especialidade de Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). Membro da equipe de especialistas do Programa Harmony With Nature das Nações Unidas (ONU). Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

## REFERÊNCIAS

BELFORTE, Laila Cíntia Mota; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétrica de Santo Antônio e impactos socioterritoriais no reassentamento Santa Rita, **Rondônia. Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 149-169, 2021.

CAMPOS, F. A. A., **Rebeca. Laudo Pericial 166/2023**. Ministério Público Federal, Brasília-DF, 2022.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira - Mamoré: História trágica de uma expedição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, ano X, n. 14, dez. 2010.

JUNIOR, Jean da Silva Dourado; SILVA, José Vanderlei da; VIEIRA, Marcos Antônio Hurtado; GONÇALVES, Ricardo Campero; MORAES, Gilson Castro de. Usina de Santo Antônio e seus impactos ambientais e econômicos. **Engenharias**, v. 27, ed. 128, nov. 2023. Registro DOI: 10.5281/zenodo.10205168.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 8, n. 1, p. 153–168, jan. 2013.

MARTA, José Manuel Carvalho. **Rondônia: da colonização à integração latino-americana**. Cuiabá: Editora Edufimt, 2018.

SILVA, Gilson Divino Araújo da; ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. **Ensino de História em Rondônia: Experiências e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. São Paulo: Record, 2023.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre a economia da borracha e a exploração da mão de obra indígena em Rondônia. **Revista Nanduty**, v. 5, n. 7, 2017/2.

SANTOS, Vanubia Sampaio dos. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. Itabaiana: **GEPIADDE**, ano 08, v. 16, jul./dez. 2014, p. 197-220.